

RESENHA

DOI: <http://dx.doi.org/10.18310/2446-4813.2017v3n1p89-91>

Psicologia e políticas públicas na saúde: experiências, reflexões, interfaces e desafios. Larissa Polejack [et al] organizadores. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015. 440p. (Série Atenção Básica e Educação na Saúde)

Sílvia Reis

Psicóloga, com residência em Saúde da Família e Comunidade, Analista Técnica de Políticas Sociais no Ministério da Saúde. Mestranda em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília.

E-mail: silviasreis@gmail.com

O debate sobre questões centrais para a psicologia na sua interface com as políticas públicas na saúde é engrandecido com a publicação de “Psicologia e políticas públicas na saúde: experiências, reflexões, interfaces e desafios”, organizado por Larissa Polejack, Amanda Maria de Albuquerque Vaz, Pérolla Melo Goulart Gomes e Victor Costa Winchrowski, professores da Universidade de Brasília. A publicação é da Editora Rede Unida, há exato 1 ano (Nov. 2015). Uma obra de quase 500 páginas, tendo sido organizada em 3 eixos que contemplam 22 capítulos, integrado por 41 autores de variadas formações, inserção em diferentes serviços e distribuídos Brasil afora, sinalizando uma diversidade de possibilidades, mas também o perfil de desafios que se apresenta para quem ensina, assessora, atua e pesquisa neste campo.

Vale destacar que toda a produção deste livro é marcada por uma das principais exigências do fazer em saúde: a construção coletiva. Conforme colocam os organizadores, mobilizou amplos debates que se traduziram, posteriormente, numa rica publicação. A obra foi organizada por docentes, também pesquisadores, do Grupo de Estudos,

Intervenção e Educação em Psicologia, Cronicidades e Políticas Públicas em Saúde – INTEGRA, vinculado ao Departamento de Psicologia Clínica, do Instituto de Psicologia, da Universidade de Brasília, trazendo “a inquietação de estudantes, docentes e profissionais que fazem da saúde uma aposta na potência da vida”. A obra apresenta-se como oportunidade de reflexão e trocas no desenvolvimento da pesquisa e do ensino, apoio aos estudantes e aos processos formativos articulados com a rede de saúde, tendo em vista fortalecer e implementar os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Integra se dedica a atuar como espaço de reflexão sobre o papel da Psicologia como ciência e profissão em integração com outras áreas do saber e está implicado no ensino da saúde, na formulação de propostas e na implementação de políticas públicas em saúde. Busca desenvolver pesquisas e oferta processos formativos de forma articulada com a rede de ações e serviços, congregando docentes, alunos e profissionais, ampliando a apropriação e o envolvimento com as tarefas públicas da integração entre instituição de ensino e sistema de saúde.

A obra tem prefácio do psicólogo, professor e pesquisador Eduardo Passos, da Universidade Federal Fluminense. Para abrir a coletânea de trabalhos, o professor provoca-nos a refletir sobre o “Plano Público das Práticas Psi” e a importância de sairmos do que seria o lugar-comum da psicologia (o lugar do íntimo e do privado) para nos movimentarmos, apostando na invenção de novas formas de cuidado, pautando-nos por um compromisso público e exercendo de forma crítica e política as nossas tarefas profissionais. Assim, chegamos ao Eixo 1, *Encontrando caminhos*, que trata dos fundamentos que norteiam a prática da psicologia nas políticas públicas de saúde. O Eixo 2, *Cenários e aprendizagens: o caminho se faz ao caminhar*, ilustra, a partir de experiências práticas, como têm sido a atuação da psicologia em algumas das principais políticas públicas, especialmente na atenção básica e na atenção psicossocial. O Eixo 3, *Psicologia e políticas públicas de saúde: práticas e saberes para o SUS*, aborda outras políticas não trabalhadas nos eixos anteriores, sendo algumas mais consolidadas, outras nem tanto, mas todas de extrema relevância para o Sistema Único de Saúde e com muito campo para as contribuições da psicologia.

No Eixo 1, o primeiro capítulo faz um resgate histórico que traça o percurso e os entrelaçamentos entre a psicologia e as políticas públicas, especialmente as de saúde, no Brasil. Os capítulos subsequentes tratam, nesta ordem, do papel da subjetividade na consolidação (ou não) de políticas públicas, das possibilidades de interferência nos rumos das políticas públicas por meio de estratégias de *lobbying*, e da inserção da psicologia no Sistema Único de Saúde, apontando potencialidades e desafios. No Eixo 2, estão a atuação junto aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf) e a lógica do apoio matricial para o fortalecimento e aumento da resolutividade da Atenção Básica (capítulo 5); seguido das Práticas Integrativas e Complementares e sua contribuição para a

integralidade do cuidado (capítulo 6); da atenção às pessoas em situação de rua por meio das equipes de Consultório na Rua (capítulo 9); e da grande potência do cuidado articulado em rede, notadamente quando há uma maior relação entre atenção básica e saúde mental. Estas possibilidades de articulação em rede são apresentadas de diversas formas: a partir de metodologias de pesquisa-intervenção participativa (capítulo 7); do cuidado às pessoas que apresentam sofrimento psíquico grave (capítulos 8 e 10); e do cuidado às pessoas que usam drogas (capítulos 11 e 12). No Eixo 3, os primeiros 3 capítulos tratam da Política Nacional de Humanização da Atenção e da Gestão no SUS, dando especial enfoque para as questões de humanização na gestação e no nascimento. Em seguida, os cuidados paliativos desde seu histórico até suas atuais concepções e aplicações (capítulo 16), a atenção às pessoas com HIV/Aids (capítulo 17), dialoga com a política pública em saúde para pessoas surdas (capítulo 18) por meio de uma representação de diálogos sobre o tema, diálogos realizados presencialmente e por e-mail com dois professores da Universidade de Brasília. No capítulo 19, adentra-se na discussão sobre saúde do idoso. Neste é contextualizada a política, o próprio Estatuto do Idoso e a atuação do psicólogo nesse cenário. O capítulo seguinte continua a discussão sobre o envelhecimento e a amplia em paralelo com outras situações, apresentando o que pode ser segregação e institucionalização de corpos, tais como a loucura, sugerindo a emergência de “novas vigências da segregação”. O penúltimo capítulo aborda o processo de inclusão escolar de crianças autistas e conta-nos, a partir de um caso concreto, todos os entraves e dilemas que se colocaram no processo de inclusão de uma criança de 12 anos, inclusive o que levou ao insucesso inicialmente e, depois, o que possibilitou o sucesso da empreitada. Por fim, o último capítulo (22), tece problematizações entre as práticas de psicoterapia e as cronicidades, partindo de questões que se

apresentaram em projetos de extensão universitária que envolviam atendimento a pessoas da comunidade e pesquisas de alunos de graduação e pós-graduação.

É possível observar que o livro contempla uma ampla gama de campos de atuação profissional no SUS, sempre destacando os avanços e as conquistas em cada um destes campos, mas também discutindo desafios e limites e apontando caminhos possíveis. Por ser fruto de debate entre diversos atores e por agregar percepções de trabalhadores da saúde, professores e pesquisadores universitários, bem como de estudantes, este livro pode compor objeto de estudo para todos estes públicos, pois é muito provável que todos se identifiquem com o conteúdo nele apresentado. Um tópico relevante à indicação da leitura diz respeito às lacunas da formação profissional para atuação no SUS que são pontuadas em diversos capítulos. Se considerarmos o dispositivo do “quadrilátero da formação na saúde”¹, que propõe a indissociabilidade entre ensino, gestão, atenção e controle social, ressoa a pergunta sobre como o psicólogo (e mesmo outros profissionais) pode implicar-se em movimentos de controle social ou em processos de gestão e atenção compromissadas com o SUS se o ensino ou a formação não se aproximarem dessa realidade e não fomentarem a formação de coletivos e a atuação em rede. Fica aqui a provocação e a sinalização de que existem demandas concretas de revisão das ofertas formativas a partir das exigências que se apresentam aos profissionais do SUS.

Ao longo de toda a obra, é notório o

Referências

¹ Ceccim RB; Feuerwerker LCM. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. *Physis*. 2004; 14(1):41-65.

² Gonçalves MGM. *Psicologia, subjetividade e políticas públicas*. São Paulo: Cortez; 2010. p.77-129.

compromisso com a prática de uma psicologia em rede, implicada com as questões de seu tempo e que busca superar as dicotomias entre subjetivo e objetivo, indivíduo e sociedade, clínica e política, atenção e gestão do SUS. Há um alinhamento, ainda, com o que coloca Gonçalves (2010)² quanto à necessidade de uma psicologia cada vez mais presente, e de forma crítica, nas políticas públicas. O livro, entretanto, não é direcionado apenas aos profissionais psicólogos, trata-se de um chamado ao diálogo, à construção compartilhada no sentido da consolidação e da defesa do SUS. Como diz o prefaciador, um equívoco nos ronda quando adentramos aventuras transdisciplinares, isto é, “o perigo de, em nos desviando dos lugares disciplinares, tomar esse desvio como sendo contra a Psicologia, um desvio para o exterior dela porque na direção de outra coisa, quando (...) [devemos] entender que esse desviar (...) é a Psicologia ela mesma se refazendo”.

A obra que lemos traduz-se, não temos dúvida, em uma potente ferramenta para a qualificação das práticas profissionais no âmbito das políticas públicas, dada sua potência disparadora de reflexões entre diferentes categorias profissionais. A obra pode ser considerada, também, como um “pequeno guia” – não no sentido protocolar e aprisionador, mas libertador, uma vez que convida os profissionais à invenção de outras formas de ser e fazer saúde, lança luz sobre inquietações tão presentes em nossos cotidianos e lembra-nos que o caminho se faz ao experimentar a realidade com abertura e aprendizado.